

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE DIREITO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

Henrique Severo Palma

**LIMITAÇÕES CONSTITUCIONAIS AO PODER DE BARGANHA  
NO PROCESSO PENAL**

Porto Alegre  
2020

Henrique Severo Palma

LIMITAÇÕES CONSTITUCIONAIS AO PODER DE BARGANHA  
NO PROCESSO PENAL

Dissertação apresentada como requisito parcial  
para a obtenção do Título de Mestre em Direito  
pelo Programa de Pós-Graduação em Direito  
da Universidade Federal de Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof. Dr. Pablo Rodrigo Alflen da  
Silva.

Porto Alegre  
2020

*À Eluza Deporte Severo, com amor e saudade.*

## AGRADECIMENTOS

Esse trabalho contou com a colaboração de muitas pessoas, de modo que não posso deixar de lembrá-las sem o mais verdadeiro sentimento de gratidão. Existem pessoas que de tão alto valor que carregam são vocacionadas a proporcionar oportunidades àqueles que a vida coloca diante de si.

Por isso, em primeiro lugar agradeço ao meu orientador, Professor Pablo Rodrigo Alflen da Silva, pelo incansável incentivo e confiança, bem como por todo o auxílio para o meu desenvolvimento acadêmico. Espero ter correspondido a grande honra de ter sido orientado por este brilhante docente, tendo feito jus às oportunidades que me foram conferidas. Em especial, destaco a gratificante experiência que tive no estágio de docência, pelo qual pude dar os passos iniciais à carreira docente que tanto prezo.

De igual modo, ao professor Fabiano Clementel, responsável pelo fascínio que desenvolvi pelas ciências penais, a partir das brilhantes aulas de quarta-feira à noite, nos tempos de graduação, na Faculdade Dom Bosco de Porto Alegre. Agradeço, também, pelos apontamentos, correções e críticas a esta pesquisa, as quais conferiram maior embasamento científico aos argumentos desenvolvidos. Da mesma forma, agradeço ao professor André Machado Maya pelos apontamentos e correções que promoveram o melhor desenvolvimento deste trabalho.

Ao professor Roque Reckziegel, pelos incentivos iniciais à carreira acadêmica, bem como pelos ensinamentos, especialmente no que se refere à preocupação com a efetividade dos direitos humanos nas ciências penais. Meus agradecimentos, também, à professora Renata da Cunha Rieger pela colaboração para que fosse possível realizar minhas primeiras publicações científicas, ainda nos tempos de graduação.

Agradeço aos companheiros de mestrado e do Núcleo de Direito Internacional e Comparado pelos momentos de cumplicidade e amizade, que desfrutamos ao longo desses anos de pesquisa. Nossa caminhada acadêmica teve tantos momentos inesquecíveis, os quais reservo em minhas melhores memórias.

Meu agradecimento especial aos meus pais, por me ensinarem os melhores valores que carrego comigo. À minha companheira Suellen Martins Pacheco, por todo amor com o qual me presenteou, tornando-a essencial em todos os melhores momentos de minha vida.

Por fim, agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Direito UFRGS, na pessoa da Professora Dra. Claudia Lima Marques, pelo incentivo ao desenvolvimento acadêmico constante, o que se materializou com a participação em cursos e eventos, com a oportunidade

de apresentação de trabalhos científicos. Estendo meus agradecimentos à Secretaria do PPGD UFRGS, na pessoa da Secretária Rosmari de Azevedo, pela recepção atenciosa e por todas as informações prestadas ao longo do curso.

## RESUMO

O presente trabalho versa sobre os impactos que a justiça criminal negociada tem oferecido ao princípio do Devido Processo Legal, enquanto paradigma do Estado Democrático de Direito. Aborda a problemática produzida pela nova onda de criminalidade contemporânea advinda da sociedade do risco e a ineficácia do Estado em produzir provas no âmbito do Processo Penal. Para tanto, pretende-se apresentar um estudo comparado do desenvolvimento do modelo americano da *plea bargaining* com a evolução do instituto brasileiro da colaboração premiada, investigando os pontos de conflito quanto à constitucionalidade da adoção da técnica de negociação em âmbito criminal à luz dos parâmetros que impõe a Constituição Federal de 1988. Estuda, por conseguinte, a utilização do modelo negocial nas principais investigações patrocinadas pelo Ministério Público Federal em conjunto com a Polícia Federal brasileira que refletem essa criminalidade contemporânea. Por fim, refere a importância do fortalecimento dos princípios e garantias processuais em relação aos influxos que o clássico processo penal sofre dos mecanismos alternativos ao Devido Processo Legal. Conclui-se da presente pesquisa que a técnica de barganha não encontra receptividade no sistema processual brasileiro, de modo que entra em choque com o paradigma do Devido Processo Legal, garantido pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, tornando-se um mecanismo alternativo à falta de investimento em inteligência na investigação penal e no fortalecimento e aparelhamento das instituições estatais responsáveis pela persecução penal.

**PALAVRAS-CHAVE:** Plea Bargaining; Colaboração Premiada; Sociedade do Risco; Devido Processo Legal.

## **ABSTRACT**

The present work deals with the impacts that the negotiated criminal justice has offered to the principle of due process, as a paradigm of the Democratic State of Law. It addresses the problematic produced by the new wave of contemporary criminality coming from the society of risk and the inefficacy of the State in producing evidence in the criminal procedure. In order to do so, we intend to present a comparative study of the development of the American model of plea bargaining with the evolution of the Brazilian institute of prize-winning collaboration, investigating the points of conflict regarding the constitutionality of adopting the negotiation technique in the criminal sphere in the light of the parameters that imposes the Federal Constitution of 1988. It studies, therefore, the use of the negotiating model in the main investigations sponsored by the Federal Public Ministry together with the Brazilian Federal Police that reflect this contemporary criminality. Finally, it refers to the importance of strengthening the principles and procedural safeguards in relation to the inflows that the classic criminal process suffers from mechanisms that are alternative to due process of law. It is concluded from the present research that the bargaining technique does not find receptivity in the Brazilian procedural system, so that it comes in clash with the due process paradigm, guaranteed by the Constitution of the Federative Republic of Brazil of 1988, becoming an alternative mechanism the lack of investment in intelligence in criminal investigations, and the strengthening and enforcement of state institutions responsible for criminal prosecution.

**KEYWORDS:** Plea Bargaining; Colaboração Premiada; Society of Risk; Due Process Legal.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>8</b>
<b>2 A CRISE DO PROCESSO PENAL CONTEMPORÂNEO: ENTRE EMERGÊNCIAS LEGITIMANTES E MECANISMOS ALTERNATIVOS .....</b>	<b>12</b>
2.1 Processo Penal e Constituição: o Devido Processo Legal como limite ao poder punitivo no Estado Democrático de Direito.....	12
2.2 A Legitimação da Emergência e a Sociedade do Risco: o fenômeno da criminalidade contemporânea sob a perspectiva político-criminal no Brasil.....	28
2.3 A barganha processual como mecanismo alternativo voltado à administração dos riscos.....	42
<b>3 COLABORAÇÃO PREMIADA E A PLEA BARGAINING: uma análise comparada dos institutos da Justiça Penal Negociada .....</b>	<b>57</b>
3.1 Plea Bargaining: origem, desenvolvimento e aplicabilidade nos EUA.....	57
3.2 Colaboração Premiada: evolução legislativa e desenvolvimento no Brasil .....	71
3.3 Balanço dos desdobramentos da Justiça Penal Negociada na operação Lava-Jato .....	90
<b>4 ANÁLISE TEÓRICA QUANTO À (IN)APLICABILIDADE DA NEGOCIAÇÃO AO MODELO ACUSATÓRIO BRASILEIRO.....</b>	<b>103</b>
4.1 A perspectiva da doutrina penal brasileira quanto aos possíveis desdobramentos da implementação da barganha no Brasil: inovação ou retorno à arbitrariedade?.....	103
4.2 A técnica de barganha como política criminal no Brasil e seus pontos de conflito com as diretrizes processuais da Constituição Federal de 1988 .....	119
4.3 Revisão Legislativa do Instituto da Colaboração Premiada: a inconstitucionalidade do artigo 4º da Lei n. 12.850/13 .....	135
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>144</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>147</b>



## 1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho visa a desenvolver uma análise dos efeitos que a justiça penal negociada<sup>1</sup>, através da técnica de barganha<sup>23</sup> entre o acusador e o réu, tem oferecido ao princípio do devido processo legal, enquanto paradigma do Processo Penal contemporâneo. Para tanto, pretende-se apresentar um estudo comparado do desenvolvimento do modelo americano da *plea bargaining*<sup>4</sup> com a evolução do instituto brasileiro da colaboração premiada, investigando os pontos de conflito quanto à constitucionalidade da adoção da negociação em âmbito criminal à luz dos parâmetros que impõe a Constituição Federal de 1988.

Tem-se que a pesquisa quanto ao tema se reveste de importância, tendo em vista que a tendência internacional de utilização da técnica de barganha para negociar acordos de colaboração processual entre o acusador e o réu tem se revelado como um dos exemplos mais latentes de uso de mecanismos alternativos ou de abreviação ao Processo Penal. Nesse sentido, a negociação processual está presente na legislação de diversos países na atualidade e se apresenta na resolução dos principais casos internacionais que desafiam os estudos do poder punitivo estatal, tais como: a operação

---

<sup>1</sup> Neste trabalho o termo justiça penal negociada se utiliza para designar o paradigma do processo que se pauta por acordos entre acusador e o acusado, na busca de colaboração do réu em troca de benefícios processuais. Os termos justiça negociada, consensual, colaboração premiada, pactuada serão utilizados como sinônimo de justiça penal negociada.

<sup>2</sup> O termo barganha se refere à técnica processual que, por meio da negociação de informações úteis ao processo em troca de benefícios ao acusado, veicula a justiça penal negociada através dos institutos da colaboração premiada, delação premiada, acordo de leniência, entre outros, possibilitando a formulação do acordo. Conforme ROSA, Alexandre M. *Guia compacto do Processo Penal conforme a teoria dos jogos*. 3. ed. Florianópolis: Empório do Direito, 2016. p. 292.

<sup>3</sup> Considera-se também dentre os institutos que possibilitam o estabelecimento do elemento barganha como condição do acordo, a par dos já citados, o chamado acordo de não persecução penal, por força do artigo 28-A, inciso V, do Código de Processo Penal, instituído pela Lei n.º 13.964/2019, de 24 de dezembro de 2019.

<sup>4</sup> Nos Estados Unidos da América, estudos apontam que de cerca de 95% das soluções dos delitos envolvem a negociação entre acusador e réu, o que leva a casos extremos em que o acusado cumpre pena através de um acordo, sem que haja toda a produção probatória mediante contraditório no Processo Penal. DIAS, Jorge Figueiredo; ANDRADE, Manuel Costa. *Criminologia: O Homem Delinquente e a Sociedade Criminógena*. Coimbra: Coimbra, 1992. In: LOPES JUNIOR, Aury. *Direito Processual Penal e sua Conformidade Constitucional*, Vol. II. 5ªed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011. p. 274.

Mãos Limpas na Itália<sup>5</sup>, o desbaratamento dos Cartéis de Drogas na Colômbia, na década de noventa, e está fortemente em debate no Brasil a partir da Ação Penal n.º 470 (Caso Mensalão)<sup>6</sup>.

No contexto contemporâneo, pautado pela sociologia como sociedade do risco, os avanços tecnológicos apresentam um duplo viés: de um lado oferecem benefícios à sociedade como a alta velocidade de transmissão de informações e tecnologia, e de outro, trazem consigo uma série de emergências e riscos, que se traduzem em uma nova criminalidade, mais complexa e de difícil investigação.

Sabe-se que a partir da Ação Penal n.º 470 (caso Mensalão) o Ministério Público Federal deflagrou diversas operações que envolvem diretamente a utilização da barganha na investigação de empresários e políticos em diversos casos de crimes econômicos e crimes contra a administração pública, cometidos mediante organização criminosa. Porém, cabe ressaltar que o fenômeno não é novo: a novidade reside em seu desvelamento e sua extensão, sobretudo nos processos que envolvem crimes complexos e de difícil produção probatória<sup>7</sup>.

Dentre as operações Lava-jato<sup>8</sup>, Sudam<sup>9</sup>, Sanguessuga<sup>10</sup>, Zelotes<sup>11</sup>, pode-se perceber que o instituto da barganha é o principal meio de prova obtido pela acusação na persecução penal e os apontamentos dos magistrados têm sido conflitantes quanto à aceitação da negociação<sup>1213</sup>, bem como aos limites constitucionais de homologação dos

<sup>5</sup> CHEMIM, Rodrigo. *Mãos Limpas e Lava Jato: a corrupção se olha no espelho*. Porto Alegre: Citadel, 2017. p. 7.

<sup>6</sup> BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Ação Penal n. 470, Relator: Min. JOAQUIM BARBOSA, Tribunal Pleno, julgado em 17/12/2012. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/processo/verProcessoAndamento.asp?incidente=11541>> Acesso em: 07 nov. 2017.

<sup>7</sup> HASSEMER, Windfried. *Introdução aos fundamentos do Direito Penal*. Tradução Pablo Rodrigo Alfien da Silva. Porto Alegre: Fabris, 2005. p. 236.

<sup>8</sup> A investigação denominada Operação Lava-Jato foi iniciada a partir de acordos de colaboração premiada celebrados pelo Ministério Público que levaram à investigação de esquema de desvio de verbas públicas na estatal Petrobras. Disponível em: <<http://combateacorrupcao.mpf.mp.br/atuacao-do-mpf>> Acesso em: 06 nov. 2017.

<sup>9</sup> A denominada Operação Sudam, promovida pelo Ministério Público Federal, apura uma série de crimes na Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam). Disponível em: <<http://combateacorrupcao.mpf.mp.br/atuacao-do-mpf>> Acesso em: 06 nov. 2017.

<sup>10</sup> A operação Sanguessuga foi lançada pelo Ministério Público Federal em parceria com a Polícia Federal com o objetivo de desarticular esquema criminoso que fraudava licitações na área de saúde. Disponível em: <<http://combateacorrupcao.mpf.mp.br/atuacao-do-mpf>> Acesso em: 06 nov. 2017.

<sup>11</sup> A operação Zelotes foi instituída para apurar suspeitas de manipulação de julgamentos de processos no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), ligado ao Ministério da Fazenda. Disponível em: <<http://combateacorrupcao.mpf.mp.br/atuacao-do-mpf>>. Acesso: 06 nov. 2017.

<sup>12</sup> É possível perceber que o conflito não se restringe à doutrina específica: A 7ª Vara Criminal de São Paulo, em sentença referente a três réus oriundos da Operação Sanguessuga, criticou o instituto da colaboração premiada nos seguintes termos: “O instituto não se presta a estabelecer uma espécie de alforria para todos, do mais baixo ao mais alto escalão do crime. Todos livres! Isso seria o mesmo que conferir aos membros de uma organização um bill de impunidade, verdadeira imunidade absoluta, coisa

acordos firmados entre as partes. Isso mostra que há uma tensão entre a aplicação desse modelo no Processo Penal e a garantia dos direitos fundamentais dos acusados, notadamente o direito ao Devido Processo Legal, sendo que a questão da barganha ganha notoriedade tendo em vista à demanda histórica por maior investigação e repressão na criminalidade do “colarinho branco”<sup>14</sup>.

Apesar de o tema ainda ser pouco discutido pela doutrina brasileira em comparação com outros países partidários do instituto, o poder de barganha passa atualmente a ser utilizado em larga escala no Processo Penal, sem que haja também a devida discussão de pontos nevrálgicos da questão. Percebe-se que com a pouca investigação por parte da doutrina nacional, apesar de o assunto ser antigo na doutrina internacional, não se têm bases sólidas para dar concretude à aplicação do instituto da barganha no Processo Penal. É nesse espaço de incertezas que resta demonstrado um campo de necessidade para a pesquisa sobre os reais contornos que o instituto da barganha apresenta no direito pátrio atual.

Não se tem dúvidas que o instituto vem se ampliando através dos anos, sendo utilizado como principal meio de prova no Processo Penal brasileiro. A Lei 12.850/2013, que prevê medidas de combate às organizações criminosas, foi a primeira a estabelecer procedimento completo sobre os acordos de colaboração premiada, regulamentando plenamente essa técnica de investigação criminal e aproximando-se do modelo do Direito Comparado. Assim, ainda que a Constituição Federal de 1988 tenha tornado admissível o consenso dentro do Processo Penal brasileiro, carece de maiores confrontamentos com a utilização desregrada da barganha no Processo Penal.

No capítulo primeiro procura-se apresentar a evolução do fenômeno do poder punitivo e seus limitadores, a destacar a o garantismo penal que adentrou à Constituição Federal de 1988 e que consagra o princípio do Devido Processo Legal como paradigma

---

*jamaís vista no direito internacional” BRASIL. Justiça Federal do Estado de São Paulo”. 7ª Vara Criminal Ação Penal n. 5616-66.2010.403.6181. 23. set. 2015 p.27.*

<sup>13</sup> Em contrapartida, em sentença que condenou alguns réus da Operação Lava-Jato, o Juiz Sergio Moro, titular da 13ª Vara Criminal de Curitiba, defendeu o uso da técnica de barganha: “*Sem o recurso à colaboração premiada, vários crimes complexos permaneceriam sem elucidação e prova possível, Em outras palavras, crimes não são cometidos no céu e, em muitos casos, as únicas pessoas que podem servir como testemunhas são igualmente criminosos*”. BRASIL. Justiça Federal do Estado do Paraná. 13ª Vara Criminal. Ação Penal n. 5054932-88.2016.4.04.7000/PR. 26. Jun. 2017. p. 28.

<sup>14</sup> Utiliza-se o termo “colarinho branco”, fazendo alusão à expressão clássica criada pelo sociólogo americano Edwin Sutherland, para indicar aqueles crimes econômicos de difícil investigação e produção probatória pelo Estado, devido à sofisticação com que são cometidos por agentes que gozam de elevado status sociais e políticos. In: SUTHERLAND, Edwing Hardin. White collars criminality. 1940. Disponível em: <<http://cooley.libarts.wsu.edu/criminology/documents/sutherland.pdf>> Acesso em: 3 dez. 2018.

do processo penal no Estado Democrático de Direito. A seguir, estuda-se a sociedade contemporânea pautada pelo paradigma do risco, bem como a nova onda de criminalidade que advém do desenvolvimento do risco, tornando cada vez mais complicada a questão de o Estado proceder à persecução penal e ao mesmo tempo cumprir com os princípios e garantias fundamentais previstos na Constituição Federal. Ao final, o estudo concentra-se na sistematização da negociação entre acusador e réu, enquanto mecanismo alternativo ao princípio do Devido Processo Legal.

No capítulo segundo, apresenta-se o instituto americano do *plea bargaining*, suas origens e desenvolvimento jurisprudencial no sistema adversarial, próprio da *common law*. Em segundo momento, aborda-se a influência da *plea bargaining* na construção legislativa do instituto da colaboração premiada e seus desdobramentos no direito processual brasileiro. Por fim, propõe-se uma análise da utilização da colaboração premiada nos principais casos patrocinados pelo Ministério Público Federal em conjunto com a Polícia Federal brasileira em que o instituto tem sido utilizado.

No capítulo terceiro, faz-se a reflexão quanto à aceitação do instituto da colaboração premiada no direito brasileiro, sobretudo em relação aos pontos conflitantes com o preconizado pela Constituição Federal de 1988 que erige o Devido Processo Legal como paradigma da República Federativa do Brasil.

Ante todo o exposto, a pesquisa pretende correlacionar os pontos críticos da barganha penal com o referencial bibliográfico de referência, a fim de apresentar caminhos e alternativas para a adequação do instituto aos limites constitucionais impostos pelo Estado Democrático de Direito, mais especificamente aos princípios clássicos de matriz iluminista que consagram o Processo Penal.

Não obstante, cabe ressaltar a importância da reflexão: a adoção de uma posição utilitarista do Processo Penal, impulsionada por este novo momento de repressão à criminalidade organizada no Brasil, merece desenvolvimento ou estes novos mecanismos processuais (mais especificamente a justiça criminal negociada) tendem a relegar ao segundo plano todas as garantias surgidas do pensamento ilustrado.

Por essa razão, propõe-se um estudo pormenorizado do Poder de Barganha no Processo Penal que ofereça argumentos para a solidificação das garantias político-criminais do cidadão face ao direito de punir do Estado, bem como a analisar se as bases do direito pátrio são compatíveis com mecanismos de justiça criminal negociada, comportando o instituto aos limites constitucionais brasileiros, especialmente ao Devido Processo Legal.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões acerca do instituto do poder punitivo revelam que o Estado e seus dirigentes têm utilizado esse mecanismo, ao longo da história, como poderoso instrumento político de controle social. Evidencia-se, por conseguinte, que este instituto acompanha o desenvolvimento da sociedade em geral, sendo feito de ciclos: ora a expansão do poder punitivo serve para a estruturação da sociedade e a manutenção do *status quo*, ora a limitação do poder punitivo serve para reformas necessárias após momentos de recrudescimento da violência estatal.

O desenvolvimento das ciências penais consagrou o objetivo de limitação do poder punitivo estatal a um patamar menos irracional possível, por meio do retorno aos primeiros ensinamentos iluministas e posteriormente por meio do desenvolvimento da Teoria do Garantismo Penal. Conforme o constitucionalismo moderno foi adotando os postulados garantistas, o princípio do devido processo legal foi erigido a *standard* de legitimação da aplicação do direito de punir no Estado Democrático de Direito.

Contudo, contemporaneamente, o paradigma do risco estudado pela sociologia pautava um novo momento de expansão da criminalidade. Os riscos pós-modernos colocam a incerteza e a insegurança projetadas no futuro, desafiando o Estado a oferecer alternativas de política criminal para proporcionar segurança aos cidadãos e reforçar o respeito à vigência das normas.

A complexidade crescente da sociedade faz com que a tomada de decisão esteja no bojo da percepção do risco, sendo que as incertezas passam a autorizar intervenções estatais enérgicas. Os crimes tornaram-se cada vez mais complexos e de difícil investigação por parte do Estado.

A problemática se reflete no âmbito do processo penal, vez que o Estado em crise não detém a competência necessária para produzir provas e conter esses graves distúrbios que desafiam a sociedade. Disso decorre que a emergência da sociedade do risco passa a legitimar o Estado a se afastar do Devido Processo Legal, lançando mão de mecanismos alternativos que, sob o pretexto da eficiência, atuam à revelia das garantias constitucionais.

Com o desenvolver desse estudo, percebeu-se que as clássicas garantias político-criminais constantemente são desafiadas por mecanismos que buscam atender às emergências da época. No passado, a doutrina penal denunciava os mecanismos de interceptação telefônica e quebra de sigilos fiscais que eram autorizadas a despeito de

uma série de garantias do acusado, na busca de uma produção probatória que os órgãos de investigação não poderiam alcançar de maneira legal. Na atualidade, verifica-se a proliferação de processos penais que utilizam a técnica de barganha para negociar acordos de colaboração processual entre o acusador e o acusado, questão que tem se revelado como um dos exemplos mais latentes de uso de mecanismos alternativos ou de abreviação ao processo penal. Desse modo, a influência da negociação em processo penal, oriunda do instituto do *plea bargaining* americano, tem adentrado diversas legislações pelo mundo e ensaia sua hegemonia no processo penal brasileiro.

A negociação no processo penal concentra seu campo de influência em meio à tensão entre dois polos: a necessária persecução dos crimes complexos e a imprescindível manutenção dos direitos fundamentais, ou seja, o equilíbrio entre a assunção de novos métodos investigativos capazes de servir como meio de obtenção de provas e o devido respeito aos postulados garantistas da Constituição Federal.

Conforme visto, pode-se concluir que a negociação se trata de um fenômeno global cujo efeito simbólico é oferecer respostas aos crimes complexos engendrados pela sociedade do risco e que termina por esconder as debilidades dos Estados, sobretudo os latino-americanos, diante do déficit de anos sem investir em inteligência e aparelhamento das instituições responsáveis pela persecução penal.

O Estado tem a missão de aplicar a pena, respeitando os princípios basilares da república. Todavia, um processo que respeite as garantias político-criminais do acusado frente ao poder punitivo estatal tem se mostrado moroso e excessivamente oneroso ao Estado, de modo que a tendência internacional é a utilização de mecanismos alternativos ou de abreviação ao Processo Penal clássico. Esse aspecto legitima o Estado a afastar-se do Devido Processo Legal: trata-se de chegar ao fim almejado sem passar pelo caminho previsto e correto para o exercício legítimo do direito de punir.

Pode-se verificar que o tema da barganha processual faz parte de uma tradição jurídica que pouco ou nada tem a ver com a história brasileira, sendo certo que não há um modelo a ser seguido ou copiado, senão que a cultura jurídica e as experiências científicas de determinado sistema legal devem apontar a solução própria daquela realidade. A barganha, por consectário lógico, suprime fases do processo importantes para a formação de culpabilidade através da cognição probatória do magistrado, além de interferir em uma série de princípios explícitos e implícito previstos pela Constituição Federal de 1988.

Com efeito, o processo democrático não é um valor estático do Estado de Direito, convive com avanços e retrocessos, cabendo ao poder judiciário frear os retrocessos e permitir os avanços no sentido de consolidar a democraticidade visualizada pela Constituição Federal. Diante desse panorama, o Tribunal Constitucional, cúpula do Poder Judiciário, detém a tarefa de fiscalizar a legitimidade constitucional da atividade legislativa em matéria penal, lastreado pelo princípio da proporcionalidade, seguindo, dessa forma, a máxima: quanto mais intensa seja a intervenção legislativa penal em um direito fundamental, mais intenso deve ser o controle de sua constitucionalidade realizado pelo tribunal constitucional.

A ponderação entre o Devido Processo Legal e seus corolários e a barganha prevista no artigo 4º da Lei 12.850/13, Lei das Organizações Criminosas, revela que se sacrifica o direito fundamental em atenção a objetivos de política criminal, de modo que o escopo da negociação premial tende a promover o desvalor da racionalidade garantista que ainda não está plenamente sedimentada no sistema penal brasileiro. Sendo assim, o dispositivo legal parece chocar-se com o artigo 5º, inciso LV, da Constituição Federal.

## REFERÊNCIAS

AIRES, Murilo Thomas; FERNANDES, Fernando Andrade. A colaboração premiada como instrumento de política criminal: a tensão em relação às garantias fundamentais do réu colaborador. *Revista brasileira de direito processual penal*, Belo Horizonte, v. 3, n. 1, 2017.

ALBUQUERQUE, Mário Pimentel. *O órgão jurisdicional e a sua função*. São Paulo: Malheiros, 1997.

ALFLEN, Pablo Rodrigo. *Leis Penais em Branco e o Direito Penal do Risco: Aspectos Críticos e Fundamentais*. Porto Alegre: Lumen Juris, 2004.

\_\_\_\_\_. O risco da técnica de remissão das leis em branco no Direito Penal da Sociedade do Risco. *Política Criminal*. n. 30, 2007. A7.

ALSCHULER, Albert W. La historia acerca de la negociación sobre la declaración de culpabilidad: el "plea bargaining" y su historia. *Cuadernos de doctrina y jurisprudencia penal*, Buenos Aires, v. 7, n. 12, 2001.

ANDRADE SEGUNDO, Arnaldo Pereira de. A garantia da ampla defesa na colaboração premiada: requisitos mínimos. *Revista Magister de Direito Penal e Processual Penal*, Porto Alegre, v. 14, n. 79, p. 98-115, ago./set. 2017.

ÁVENA, Norberto Cláudio Pâncaro. *Processo Penal esquematizado* – São Paulo: Método Ed., 2009.

ÁVILA, Humberto. *Teoria dos princípios: da definição à aplicação dos princípios jurídicos*. 3 ed. São Paulo: Malheiros, 2004.

BADARÓ, Gustavo Henrique Ivahy. *Direito processual penal*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

BARATTA, Alessandro. La política criminal y el derecho penal de la Constitución: nuevas reflexiones sobre el modelo integrado de las ciencias penales. Trad. Marianela Pérez Lugo e Patrícia Chiantera. In: *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, ano 8, n. 29, jan/mar, 2000.

BARRA LIMA, Márcio. A colaboração premiada como instrumento constitucionalmente legítimo de auxílio à atividade estatal de persecução criminal. In: CALABRICH, Bruno; FISCHER, Douglas; PELELLA, Eduardo (orgs.) *Garantismo penal integral: questões penais e processuais, criminalidade moderna e a aplicação do modelo garantista no Brasil*. Salvador: JusPodivm, 2010.

BAUMAN, Zygmunt. *Globalização: As consequências humanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.

BECCARIA, Cesare. *Dos delitos e das penas*. Trad. Neury Carvalho Lima. São Paulo: Hunter Books, 2012.



BECK, Ulrich. *La sociedad del riesgo: hacia una nueva modernidad*. Barcelona: Paidós, 1998.

BENTHAM, Jeremy. *Rationale on judicial evidence*. Londres: Hunt and Clarke, 1827.

BETTIOL, Giuseppe. Dal diritto penale al diritto premiale. *Rivista Italiana di Diritto e Procedura Penale*. Milano, a.3, nova série, p. 701-713, 1960.

BITTAR, Walter Barbosa. *Delação premiada: direito estrangeiro, doutrina e jurisprudência*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

BONAVIDES, Paulo. *Curso de Direito Constitucional*. 14ª ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2004.

BOSCHI, José Antônio Paganella. *Ação Penal*. As fases administrativa e judicial da persecução penal. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2010.

BOTTINO, Thiago. Colaboração Premiada e incentivos à cooperação no processo penal: uma análise crítica dos acordos firmados na “Operação Lava Jato”. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*. São Paulo, ano 24, vol. 122, p. 359-390, ago. 2016.

BRASIL. *Direito à verdade e à memória: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos / Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos*. Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007.

BRASIL. Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias: INFOPEN. Atualização - junho de 2016/organização, Thandara Santos; colaboração, Marlene Inês da Rosa (et al.) – Brasília: Ministério da Justiça e Segurança Pública. Departamento Penitenciário Nacional, 2017.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos. Levantamento Anual Sinase 2016. Coord. de Ricardo P. Costa et al., Brasília: Ministério dos Direitos Humanos, 2018.

BRITO, Michelle Barbosa de. *Delação premiada e decisão penal: da eficiência à integridade*. Belo Horizonte: D’Plácido, 2018.

BULOS, Uadi Lammêgo. *Direito constitucional ao alcance de todos*. São Paulo: Saraiva, 2015.

CALABRICH, Bruno; FISCHER, Douglas; PELELLA, Eduardo (orgs.) *Garantismo penal integral: questões penais e processuais, criminalidade moderna e a aplicação do modelo garantista no Brasil*. Salvador: JusPodivm, 2010.

CAMPOS, Francisco. *Antecipações à Reforma Política*. Rio de Janeiro: J. Olympo. 1940.

CAMPOS, Gabriel Silveira de Queiroz, Plea Bargaining e Justiça Criminal Consensual: entre os ideais de funcionalidade e garantismo. *Custos Legis: revista eletrônica do Ministério Público*. Vol. 4. 2012.

\_\_\_\_\_. Temas pontuais sobre ilicitude probatória no processo penal: denúncia anônima, delação premiada e gravações clandestinas. *Boletim Científico da Escola Superior do Ministério Público da União*, Brasília, n. 38, p. 109-144, jan./jun. 2012.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. *Direito Constitucional e Teoria da Constituição*. 7ª ed. Coimbra: Almedina, 2003.

CHAUÍ, Marilena. *Convite à filosofia*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1995.

CHEMIM, Rodrigo. *Mãos Limpas e Lava Jato: a corrupção se olha no espelho*. Porto Alegre: Citadel, 2017.

CHOUKR, Fauzi Hassan. Pacote anticrime: silêncios e continuísmos. *Boletim IBCCRIM*, São Paulo, v. 27, n. 318, p. 5-6, mai. 2019.

\_\_\_\_\_. *Processo Penal de emergência*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2002.

COOK, Julian A. Federal guilty pleas under rule 11: the unfilled promise of the post-Boyakin era. *Notre dame Law Review*, v. 77, i. 2, p. 597-640, 2002.

CORNELIUS, Eduardo Gutierrez. *O pior dos dois mundos? A construção legítima da punição de adolescentes no Superior Tribunal de Justiça*. São Paulo: IBCCRIM, 2018.

COUTINHO, Jacinto Nelson Miranda de. O papel do novo juiz no Processo Penal. In: *Crítica à Teoria Geral do Direito Processual Penal*. Jacinto Nelson Miranda de Coutinho (org.). Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

CUNHA JÚNIOR, Dirley da. *Curso de Direito Constitucional*. 5 ed. Salvador: JusPodivm, 2011.

CUNHA MARTINS. Rui. *O ponto cego do direito: the brazilian lessons*. São Paulo: Atlas, 2013.

DELMANTO, Celso; *et al.* *Código Penal Comentado*. Rio de Janeiro: Renovar, 2007.

DELMAS-MARTY, Mireille. *Modelos actuales de Política Criminal*. Trad. Marino Barbero Santos. Madrid: Centro de Publicaciones Secretaria General Tecnica Ministeria de Justicia. 1986.

DIAS, Jorge de Figueiredo Dias. *Acordos sobre a sentença em Processo Penal: o fim do Estado de Direito ou um novo “princípio”?* Porto: Conselho Distrital do Porto da Ordem dos Advogados, 2011.

\_\_\_\_\_. *Direito penal: parte geral*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

DIAS, Jorge Figueiredo; ANDRADE, Manuel Costa. *Criminologia: O Homem Delinquente e a Sociedade Criminógena*. Coimbra: Coimbra, 1992. In LOPES JUNIOR, Aury. *Direito Processual Penal e sua Conformidade Constitucional*, Vol. II. 5ªed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

DOMINIONI, Oreste. La valutazione delle dichiarazioni dei pentiti. *Rivista di Diritto Processuale*, Padova, v. 41, segunda série, p. 741-767, 1986.

DUARTE NETO, Júlio Gomes. O Direito Penal simbólico, o Direito Penal mínimo e a concretização do garantismo penal. In: *Âmbito Jurídico*, Rio Grande, XII, n. 66, jul 2009.

DWORKIN, Ronald. *O império do direito*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

FARIA COSTA, José de. *Direito Penal e globalização: reflexões não locais e pouco globais*. Coimbra. 2010.

FELDENS, Luciano. *A constituição penal: a dupla face da proporcionalidade no comando de normas penais*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2005.

FERNANDES, Antônio Scarance. O consenso na justiça penal. *Revista da AJUFE*, Brasília, v. 17, n. 59, p. 45-95, out./dez. 1998.

FERRAJOLI, Luigi. *Direito e Razão: teoria do garantismo penal*. Trad. Ana Paula Zomer, Fauzi Hassan Choukr, Juarez Tavares e Luiz Flávio Gomes. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

\_\_\_\_\_. Ravvedimento processuale e inquisizione penale. *Questione Giustizia*, Varese, p. 209-225, 1985.

FISHER, George. *Plea Bargaining's triumph: a history of plea bargaining in America*. Stanford: Stanford University Press, 2003.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: Nascimento da prisão*. Trad. Raquel Ramalhe. Rio de Janeiro: Vozes, 2013.

GIACOMOLLI, Nereu José. *Legalidade, oportunidade e consenso no Processo Penal na perspectiva das garantias constitucionais: Alemanha, Espanha, Itália, Portugal, Brasil*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2006.

\_\_\_\_\_. *O Devido Processo Penal*. Abordagem conforme a Constituição Federal e o Pacto de São José da Costa Rica. Cases da Corte Interamericana do Tribunal Europeu e do STF. São Paulo, Editora Atlas S.A, 2015.

GOMES FILHO, Antonio Magalhães. Ministério Público e acusação penal no sistema brasileiro. *Pena y Estado*.

GOMES, Luiz Flávio; CERVINI, Raúl. *Crime organizado*. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997.

GOMES, Luiz Flávio; SILVA, Marcelo Rodrigues da. *Organizações criminosas e técnicas especiais de investigação: questões controvertidas, aspectos teóricos e práticos e análise da lei 12.850/2013*. Salvador: JusPodium, 2015.

GÓMEZ-JARA DÍEZ, Carlos. *A responsabilidade Penal da Pessoa Jurídica: A teoria do crime para pessoas jurídicas*. São Paulo: Atlas, 2015.

GREVI, Vittorio. Nuovo codice di procedura penale e processi di criminalità organizzata: un primo bilancio. In: GREVI, Vittorio. *Processo penale e criminalità organizzata*. Bari: Laterza, 1993.

\_\_\_\_\_. Riflessioni e suggestioni in margine all'esperienza nordamericana del "plea bargaining". *Rassegna Penitenziaria e Criminologica*. Roma, a.7, n. 1-3, p. 53-78, 1985.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 2000.

HASSEMER, Winfried. Derecho penal simbólico y protección de bienes jurídicos. *Pena y Estado: revista hispanolatinoamericana*, Buenos Aires, n. 1, p. 23-36., set./dez. 1991.

\_\_\_\_\_. *Introdução aos fundamentos do Direito Penal*. Tradução Pablo Rodrigo Alflen da Silva. Porto Alegre: Fabris, 2005.

\_\_\_\_\_. La persecución penal: legalidad y oportunidad. *Revista de Derecho Penal*, Buenos Aires, n. 2, p. 65-73, 2001.

HEGEL, G.W.F. *A ciência da lógica*. Enciclopédia das Ciências Filosóficas em Compêndio (1830). São Paulo: Loyola, v.1, 1995.

HEIDEGGER, Martin. *Ser e tempo*. 9 ed. Petrópolis: Vozes, Bragança Paulista: Editora Universitária de São Francisco, 2014.

HERKENHOFF, João Batista. *Como Aplicar o Direito*. 2ª ed., Rio de Janeiro, 1986.

HEUMANN, Milton. Plea Bargaining: lesson learned, issues outstanding. *Harvard law & policy review*. July/2018,

ISHIKAWA, Lauro; FROTA JUNIOR, Clóvis Smith. A abstração do controle difuso de constitucionalidade brasileiro. *Revista de informação legislativa - RIL*, Brasília, v. 56, n. 222, p. 133-154, 2019.

JACOB, Muriel Amaral; FERREIRA, Sander Silva. A busca da verdade no processo penal. *Revista Liberdades*, São Paulo, n. 26, p. 163-183. jul./dez. 2018. p. 173.

JAKOBS, Günther; POLAINO NAVARRETE, Miguel; POLAINO-ORTS, Miguel. *Bien jurídico, vigencia de la norma y daño social*. Lima: Ara, 2010.

\_\_\_\_\_. *Derecho Penal*. Parte General. 2ª ed. Trad. Joaquin Cuello Contreras, Jose Luis Serrano Gonazalez Murillo, Madrid: Marcial Pons, 1997.

KANT, Immanuel. *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*. Lisboa: Edições 70, 2007.

KLEIN, Douglas J. The petrial detention “crisis”: the causes and the cure. 52 Wash. U. J. Urb. & Contemp. L. 281 (1997).

LAFER, Celso. *A reconstrução dos Direitos humanos: um diálogo com o pensamento de Hannah Arendt*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

\_\_\_\_\_. Comprendiendo la breve historia del plea bargaining. *Nueva doctrina penal*, Buenos Aires, A, 2001.

LANGBEIN, John H. *Torture and Plea Bargaining*. The University of Chicago Law Review, vol. 46, n. 1, 1978.

LANGER, Máximo. Dos transplantes jurídicos às traduções jurídicas: a globalização do plea bargaining e a tese da americanização do Processo Penal. *DELICTAE: Revista de Estudos Interdisciplinares sobre o Delito*, Belo Horizonte, v. 2, n. 3, p. 19-114, 2017.

\_\_\_\_\_. La dicotomia acusatório-inquisitivo y la importación de macanismos procesales de la tradición jurídica anglosajona. Algunas reflexiones a partir del procedimiento abreviado. In: MAIER, Julio, BOVINO, Alberto (comp.). *El procedimiento abreviado*. Buenos Aires: Editores del Puerto, 2001.

LASKI, Harold. *O liberalismo europeu*. São Paulo: Mestre Jou. 1973.

LEITE, Rosimeire Ventura. *Justiça Consensual e Efetividade do Processo Penal*. 1. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2013.

von LISZT, Franz. *Tratado de Derecho Penal*. Madrid: Reus, 1988.

LOPES JÚNIOR, Aury. *Direito Processual Penal*. São Paulo: Saraiva. 2016.

\_\_\_\_\_. *Introdução crítica ao Processo Penal*: fundamentos da instrumentalidade constitucional. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

\_\_\_\_\_. (Re)pensando os sistemas processuais em democracia: a estafa do tradicional problema inquisitório x acusatório. *Boletim IBCCRIM*, São Paulo, v. 21, n. 251, p. 5-6, out. 2013.

LUHMANN, Niklas. *Das Recht der Gesellschaft*. Trad. Saul Krieger. São Paulo: Martins Fontes, 2016.

\_\_\_\_\_. *Introdução à teoria dos sistemas*. Petrópolis: Vozes, 2009.

\_\_\_\_\_. *Sociologia del riesgo*. Guadalajara: Walter de Gruyter, 1992.

LUPTON, Deborah. *Risk*. Londres: Routledge, 1999.

MALAN, Diogo. Notas sobre a investigação e prova da criminalidade econômico-financeira organizada. *Revista Brasileira de Direito Processual Penal*, Porto Alegre, vol. 2, n. 1, p. 224, 2016.

MARQUES, José Frederico. Elementos de direito processual penal. Rio de Janeiro: Forense, 1965. p. 337. Também em: GOMES FILHO, Antonio Magalhães. Ministério Público e acusação penal no sistema brasileiro. *Pena y Estado*.

MARQUES, Leonardo Augusto Marinho. Interceptação telefônica e obscurantismo inquisitório: o que aprender com a Lava Jato? *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, n. 122, p. 206-227, ago. 2016.

MASI, Carlo Velho. A funcionalização do Direito Penal a partir de critérios de política criminal. *Boletim IBCCRIM*, São Paulo, v. 23, n. 270, p. 18-19, mai. 2015.

MAYA, André Machado. Imparcialidade e processo penal: da prevenção da competência ao juiz de garantia. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

MENDES, G.F.; COELHO, I.M.; BRANCO, P.G.G. *Curso de direito constitucional*. São Paulo: Saraiva, 2007.

\_\_\_\_\_. O controle de constitucionalidade das leis penais e o princípio da proporcionalidade. *Revista Magister de Direito Penal e Processual Penal*, Porto Alegre, v. 15, n. 90, p. 30-51, jun./jul. 2019.

MICHALET, Charles-Albert. *O que é mundialização?* São Paulo: Edições Loyola, 2003

MOCCIA, Sergio. A involução pós-moderna do sistema penal. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, São Paulo, v. 21, n. 100, p. 41-54, jan./fev. 2013.

MONTE, Vanise Röhrig. A necessária interpretação do instituto da delação premiada, previsto na Lei 9.807/99, à luz dos princípios constitucionais. *Revista Ajuris*, Porto Alegre, 2001, v. 16, nº 82.

MONTERO AROCA, Juan. Et al. *Derecho jurisdiccional III: proceso penal*. 10. ed. Valencia: Tirant lo Blanch, 2001.

NASHERI, Hedieh. *Betrayal of due process: A comparative assessment of plea bargaining in the United States and Canada*. Maryland: University press of America, 1998.

NUCCI, Guilherme de Souza. *Manual de processo penal e execução penal*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.

OST, François. *O tempo do Direito*. Lisboa: Piaget, 1999.

PEREIRA, Frederico Valdez. *Delação Premiada*. 2ª ed. Curitiba: Juruá, 2014.

\_\_\_\_\_. Compatibilização constitucional da colaboração premiada. *Revista CEJ*, Brasília, v. 17, n. 59, p. 84-99, jan./abr. 2013.

PEREIRA, Nicolle Bolfarini Guiotti Campanatti. Constitucionalidade da colaboração premiada: indícios de common law no processo penal brasileiro. *Revista de Direito*

*Constitucional e Internacional: Cadernos de direito constitucional e ciência política*, São Paulo, v. 25, n. 103, p. 247-265, set./out. 2017.

PRADO, Geraldo. *Sistema Acusatório: a conformidade constitucional das leis processuais penais*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2001.

PRADO, Geraldo Luiz Mascarenhas. Entre a imparcialidade e os poderes de instrução no caso Lava Jato: para além da iniciativa probatória do juiz. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, São Paulo, v. 24, n. 122, p. 135-169, ago. 2016.

PRADO, Luiz Régis. *Curso de Direito Penal Brasileiro*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

PRITTWITZ, Cornelius. Società del rischio e diritto penale, 2004. P. 375. In: STORTONI, Luigi; FOFFANI, Luigi. (Org.) *Critica e giustificazione del diritto penale nel cambio di secolo: l'analisi critica della Scuola di Francoforte*. Milão: Giuffrè, 2004.

QUEIROZ, Paulo de Souza. Sobre a função do juiz criminal na vigência de um Direito Penal simbólico. *Boletim IBCCRIM*, São Paulo, n. 74, p. 09., jan. 1999.

RAMOS, João Gualberto Garcez. *Curso de processo penal norte-americano*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006.

RAUXLOH, Regina. *Plea bargaining in national and international law: a comparative study*. New York: Routledge, 2012

REALE, Giovanni, ANTISERI, Dario. *História da Filosofia: Filosofia pagã antiga*. São Paulo: Paulus, 2003.

RITTER, Ruiz; STEIN, Ana Carolina Filippon. A (in)compatibilidade da iniciativa probatória do juiz no processo penal acusatório à luz dos princípios da imparcialidade e da presunção de inocência. In: *Processo penal contemporâneo em debate II*. GIACOMOLLI, Nereu José; STEIN, Carolina; SAIBRO, Henrique (org.). Florianópolis: Empório do direito, 2017.

RODRIGUES, Paulo Gustavo Lima e Silva. A convicção contextualizada e a verdade negociada no processo penal: desmistificando a confissão como elemento de convencimento pleno do julgador penal. *Revista brasileira de direito processual penal*, Belo Horizonte, v. 3, n. 1, p. 103-130, 2017.

ROSA, Alexandre M. *Guia compacto do Processo Penal conforme a teoria dos jogos*. 3. ed. Florianópolis: Empório do Direito, 2016.

ROXIN, Claus. *Derecho Procesal Penal*. 25 edição, Buenos Aires, Del Puerto, ano 2000.

\_\_\_\_\_. *Estudos de Direito Penal*. Trad. Luís Greco. Rio de Janeiro. Renovar, 2000.

\_\_\_\_\_. *La ciencia del derecho penal ante el nuevo milênio*. Valencia: Tirant lo Blanch, 2004.

SANGUINÉ, Odone. *Prisão Cautelar, medidas alternativas e direitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

\_\_\_\_\_. A inconstitucionalidade da prisão cautelar como mecanismo para obter a delação (colaboração) premiada. In: *Crise no Processo Penal contemporâneo: escritos em homenagem aos 30 anos da Constituição de 1988*. SANTORO, Antonio Eduardo Ramires; MALAN; Diogo Rudge; MADURO, Flavio Mirza. Orgs. Belo Horizonte: D'Plácido, 2018.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2007.

SARKIS, Jamilla Monteiro. *Delação premiada: limites constitucionais à confiabilidade e corroboração*. São Paulo: IBCCRIM, 2019.

SCHÜNNEMANN, Bernd. ¿Crisis del procedimiento penal?: ¿marcha triunfal del procedimiento penal americano en el mundo??. *Cuadernos de doctrina y jurisprudencia penal*, Buenos Aires, v. 4, 8A, 1998.

\_\_\_\_\_. Um olhar crítico ao modelo processual penal norte-americano. In: *Estudos de direito penal, direito processual penal e filosofia do direito*. Org. Luís Greco. São Paulo, Marcial Pons, 2013.

SILVA, Marcelo Rodrigues da. A colaboração premiada como terceira via do direito penal no enfrentamento à corrupção administrativa organizada. *Revista Brasileira de Direito Processual Penal*, vol. 3, n. 1, p. 285-314, jan./abr. 2017. p. 303.

SILVA SÁNCHEZ, Jesús-Maria. Eficiencia y Derecho Penal. In *Anuario de Derecho Penal y Ciencias Penales de Agencia Estatal Boletín Oficial del Estad*. Madrid, 1996.

SILVA. Virgílio Afonso da. *O proporcional e o razoável*. São Paulo: Revista dos Tribunais. 2002.

SOUZA, José Alberto Sartório de. Plea bargaining: modelo de aplicação do princípio da disponibilidade. *Revista Jurídica do Ministério Público do Estado de Minas Gerais*, Belo Horizonte, n. 2, p. 245-293, dez. 1998.

STERNBERG, Robert J. *Psicologia Cognitiva*, 5. ed. Cengage Learning, 2015.

SUTHERLAND, Edwing Hardin. *White collars criminality*. 1940.

TIEDEMANN, Klaus. Responsabilidad Penal de Personas Jurídicas y Empresas en Derecho Comparado, in *Revista Brasileira de Ciências Criminais*. São Paulo, Editora Revista dos Tribunais, vol. 3, n.º 11, 1995.

TOURAINE, Alain. *La sociedad postindustrial*. Barcelona: Ariel. 1971.



\_\_\_\_\_. Uma visão crítica da modernidade. *Cadernos de Sociologia*, Porto Alegre, v. 5, n. 5, p. 32-41, 1993.

TUCCI, Rogério Lauria. *Direitos e garantias individuais no processo penal brasileiro*. 4 ed. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2019.

\_\_\_\_\_. *Teoria do Direito Processual Penal*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

TURNER, Jenia I. *Plea bargaining across borders*. New York: Aspen Publishers, 2010.

VASCONCELLOS, Vinícius Gomes de. *Barganha e Justiça Criminal Negocial: Análise das tendências de expansão dos espaços de consenso no Processo Penal brasileiro*. São Paulo: Ibccrim, 2015.

VIANO, Emilio C. Plea bargaining in the United States: a perversion of justice. *Revue Internationale de Droit Pénal*, Ramonville Saint-Agne, v. 83, 1/2, jan./jun. 2012.

VICENTINO, Cláudio e DORIGO, Gianpaolo. *História do Brasil*. 1ª ed. São Paulo: Scipione, 2004.

WELZEL, Hans. *El nuevo sistema de derecho penal*. Uma introducción a la doctrina de la acción finalista Trad. José Cerezo Mir, da 4ª edição alemã. Buenos Aires: Editorial BdF, 2004.

ZAFFARONI, Eugênio Raul; OLIVEIRA, Edmundo. *Criminologia e Política Criminal*. 1 ed. São Paulo: GZ, 2010.

\_\_\_\_\_. *A questão criminal*. Rio de Janeiro: Revan, 2013.

\_\_\_\_\_. La dogmática como racionalización peligrosa. In: VELÁSQUEZ V. (org.). *Derecho Penal y crítica al poder punitivo del Estado*. Bogotá: Ibáñez/Universidad de los Andes, 2013.

\_\_\_\_\_. *O Inimigo no Direito Penal*. Trad. Sérgio Lamarão. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

\_\_\_\_\_. *Poder judiciário: Crises, acertos e desacertos*. Trad. Juarez Tavares. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1995

ZIPF, Heinz. *Introducción a la Política Criminal*. trad. Izquierdo Macías-Picavea, Madrid: Edersa, 1979.

ZUÑIGA RODRIGUES, Laura. *Política Criminal*. Salamanca: Colez, 2001.